

Informe

APUB

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
DA BAHIA - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN
Dezembro 2005 / Janeiro 2006 - Nº 39

Nesta edição

- *Em foco: Campanha Salarial.....pág 3*
- *Greve na IFES acaba sem acordo....pág 5*
- *Baianos querem alterar o PL nº 6368.....pág 5*
- *Carreira deve nortear luta este ano...pág 5*
- *AG altera Regulamento do APUB Saúde..pág 6*
- *APUB cobra reajuste na Justiça....pág 7*
- *Confirmado Camarote Universitário....pág 8*



Sindicato reafirma identidade e luta no Bonfim... Pág. 8

Reforma Universitária a caminho do Congresso ... pág. 4

Ano novo: grandes expectativas, muitas lutas!

O ano que se inicia promete ser um dos mais agitados para o Movimento Docente, no que se refere às atividades políticas, acadêmicas e sindicais. Aguarda-se a votação do Projeto de Lei 6368/05, que prevê reajuste salarial dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); o envio do Projeto de Reforma do Ensino Superior ao Congresso Nacional, prometido pelo Presidente da República; e o cumprimento do acordo com o SINASEFE, que atinge todos os professores de 1º e 2º graus das IFES. A APUB acompanhará de perto o andamento dessas questões e manterá seus filiados informados.

Sobre o PL nº 6368/05, a Assembléia Geral da APUB decidiu e a Diretoria do sindicato já saiu a campo. As propostas apresentadas pela Diretoria e aprovadas em Assembléia Geral foram encaminhadas aos deputados baianos e à Reunião do Setor das IFES. A APUB continuará atuando junto aos parlamentares e articulando-se a outras associações docentes.

Em relação à Reforma do Ensino Superior, o governo anuncia o próximo envio do projeto final ao Congresso. Assim que isto ocorrer, a Diretoria, que promoveu o Seminário sobre o projeto inicial em abril de 2005, definirá estratégias para a avaliação, discussão e acompanhamento da última versão.

A Campanha Salarial 2005, para os professores de 1º e 2º graus, terminou com acordo entre o governo e o SINASEFE (o governo rejeitou a participação da ANDES na negociação). A APUB, que tem entre seus associados 169 professores de 1º e 2º graus, acompanhará e pressionará pelo cumprimento do acordo.

Na esfera local, ainda nos campos sindical e

acadêmico, o ano novo traz muitas expectativas em torno dos processos de escolha e nomeação de Diretor-Geral do CEFET e Reitor da UFBA. No CEFET, a comunidade comemora a nomeação, pelo MEC, da Profª Aurina Santana, eleita na consulta à comunidade, realizada em dezembro. Na UFBA, inicia-se o processo preparatório da eleição para Reitor, que deverá ser coordenado pela APUB, pela ASSUFBA e pelo DCE.

A agenda de 2006 inclui, ainda, discussão sobre a Carreira Docente; eleições nacionais

subseções no interior, a institucionalização de mecanismos mais democráticos de consulta à categoria, a exemplo de plebiscitos sobre greves. Isto deixou de ser um compromisso de campanha, é agora reivindicação da categoria. Certamente, será um dos trabalhos, que exigirá grande empenho e participação dos diretores e filiados.

As ações jurídicas do sindicato serão objeto de acompanhamento cuidadoso e de discussão, como em 2005, quando a APUB promoveu o I Seminário sobre o tema. Há grande expectativa em torno da ação pela extensão da GED integral aos aposentados e da ação indenizatória para recuperar danos pela não concessão de reajuste salarial em 1999, 2000 e 2001.

A agenda do APUB Saúde é intensa. Estamos empenhados em finalizar as alterações no Regulamento no início deste ano; melhorar seu desempenho financeiro e administrativo; concluir o Plano de Recuperação; apresentar proposta de novos produtos; abrir novas perspectivas através de projeto elaborado com a UFBA, a ASSUFBA e o DCE.

O trabalho de reaproximação da APUB com seus filiados, via atividades sócio-culturais e de comunicação, vai ser fortalecido. O anseio da Diretoria é ampliar a participação maciça e vibrante dos professores nos eventos promovidos pela APUB, que, este ano, prometem ser bastante diversificados.

Em 2006 devemos construir o ano que desejamos. Lutaremos, com toda a garra e disposição, para que nossos anseios e reivindicações sejam alcançados.



para presidente, deputados, senadores e governadores; eleição da ANDES; implantação da Universidade do Recôncavo e dos *campi* da UFBA em Conquista e Barreiras. Todas essas questões exigem um acompanhamento constante do sindicato, garantindo o espaço do debate para seus filiados.

No âmbito interno, a Diretoria compromete-se a colocar em discussão a proposta de mudança do Regimento da APUB, que deve garantir, dentre outras coisas, a criação de

Campanha Salarial 2005: uma avaliação inicial

Mais uma vez, a Campanha Salarial (e greve) terminou com decisão unilateral do governo e sem acordo negociado com a ANDES. Com os dois lados alegando (e capitalizando) a intransigência do outro. Em 2004, a greve terminou com uma medida provisória (MP). Em 2005, com um Projeto de Lei enviado pelo governo ao Congresso (e que corre o risco de terminar em nova MP).



APUB promoveu vários atos na Campanha Salarial 2005, como no Grito dos Excluídos

Governo alega que fez acordo com outros sindicatos dos servidores federais, inclusive o SINASEFE. A ANDES e o CNG (Comando Nacional de Greve) afirmaram que a questão não seria mais o volume de recursos orçamentários, que seria similar nas duas propostas, nem a falta de flexibilidade em relação à proposta inicial, mas a intransigência do governo, que não quis mudar a sua lógica.

Independente da discussão sobre os critérios orçamentários e a flexibilidade alegados, a cobrança de mudança da lógica do governo é elemento chave para entender os sucessivos impasses nas negociações. Podem os sindicatos dos empregados contarem, como condição de negociação, que o patrão mude a sua lógica? As negociações salariais são feitas dentro da correlação de forças existentes, com cada lado atuando de acordo com a sua lógica e buscando obter os melhores resultados.

Em uma avaliação de campanha salarial, é fundamental analisar os interesses, força, recursos mobilizáveis (o que inclui aliados),

estratégias e táticas, não só nossas, mas também do adversário. Não se pode cair na análise apenas dos nossos erros e limitações, em autocríticas auto-referentes. Mas não se pode, em uma avaliação, se colocar só as intenções e ações do adversário.

No caso da Campanha Salarial 2005, deve-se considerar:

- O primeiro semestre concentrou-se no esforço, que, com base na história e no andamento das campanhas das várias categorias, acreditávamos, seria, como foi, infrutífero de campanha unificada dos servidores públicos federais. A posição da APUB, desde o início de 2005, era de uma campanha articulada, mas não unificada, de modo a se enfatizar bandeiras específicas. A demora na aceitação desta posição retardou o desenvolvimento da campanha. O debate

sobre "mensalão" e corrupção atraiu a atenção da mídia e da sociedade, dificultando a visibilidade do movimento, que começou, oficialmente, a partir de 31 de agosto. O protagonismo dos dirigentes da ANDES na passeata de 17 de agosto ("Fora todos!") não favoreceu a receptividade do Executivo e da maioria dos parlamentares para as reivindicações por eles conduzidas. Passaram a depender mais da sua própria força e dos aliados que conseguissem mobilizar.

- A greve chegou a alcançar, em seu ponto máximo, 39 das 61 seções sindicais, mas, ainda que alcançasse algumas ADs de importância estratégica (ADUnB, de Brasília, com destaque), não conseguiu a adesão de ADs grandes universidades, como a UFRJ (a maior), UFMG, UFRGS, UFBa.

- A linha divisória entre entrada ou não na greve não coincidiu com as posições situação *versus* oposição à direção da ANDES. A AD da UFRJ, das mais veementes apoiadoras da situação,

não entrou em greve. ADs vinculadas à oposição, como a de João Pessoa e do Ceará, foram das mais ativas, com esforço de realizar atividades inovadoras em relação à greve tradicional. O mesmo aconteceu com as variações na entrada e saída da greve.

Assim, os motivos da adesão ou não à greve devem ser procurados nos sentimentos e disposição dos professores nas bases. Quais os motivos da relutância ou rejeição a entrada na greve? Qual a razão de tantas seções sindicais em greve não mandarem representantes para o Comando Nacional de Greve? A presença nas reuniões do CNG ficou em torno da metade das ADs em greve.

Depois de avaliar a Campanha, cabe avaliar seus resultados. Um balanço sumário mostra que:

- a) a proposta de criação da categoria de professor associado foi uma vitória. Lançada pela oposição à Diretoria da ANDES, transformou-se em reivindicação consensual no Movimento Docente, vencendo resistências, inclusive da ANDIFES, que queria discutir, primeiro, a reestruturação da carreira;
- b) os reajustes propostos para a remuneração podem repor as perdas da inflação de 2005, mas decorrerão de incentivos de titulação e não de reajustes lineares sobre os vencimentos, como o Movimento Docente pretendia e o SINASEFE obteve para o 1º e 2º graus;
- c) na GED, que já perdeu seu caráter de avaliação individual, a diferença entre ativos e aposentados deverá cair (os aposentados passarão de 91 para 115 pontos), só que apenas a partir de julho e ainda sem chegar à necessária paridade.

Estes são elementos a aprofundar, para entender a situação do Movimento Docente e planejar uma campanha eficaz em 2006, ano "encurtado" pelas limitações decorrentes do calendário eleitoral. Nela, parece-nos que, prioridade, desde o início, deve ser reestruturação da carreira docente, recomposição do quadro, incorporação de gratificações e defesa política e jurídica dos direitos dos aposentados.

Governo anuncia envio de projeto ao Congresso

O projeto de reforma do ensino superior deve chegar ao Congresso Nacional em breve. A data-limite anunciada pelo presidente Lula, em reunião com os reitores (18/01), era 27/01, mas não foi cumprida. Segundo Lula, o projeto ainda não foi enviado devido à falta de acordo entre os Ministérios, sobre questões como autonomia, custeio dos hospitais universitários e vinculação orçamentária.

A AG da APUB decidiu, ano passado, participar do debate sobre a Reforma e intervir no processo, apresentando críticas e proposições. Um seminário sobre o tema foi realizado. A Diretoria está acompanhando o envio da proposta ao Congresso.

Preocupação - Na reunião, os reitores se manifestaram, preocupados com a criação de 10 novas universidades federais, sem

contratação de pessoal e sem aumento do atual montante de verbas, que já é insuficiente para as 55 instituições existentes. O ministro da Educação, Fernando Haddad, garantiu que vai solicitar abertura de novos concursos ao Ministério do Planejamento.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), é necessário contratar mais 8 mil docentes.

Verbas — O Ministério da Educação tem dotação orçamentária de R\$ 21,3 bilhões para 2006, 4,3% a menos que no ano passado. Do total, 47,5% vão para o ensino superior, que sofrerá a maior perda, segundo o relator de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte da Comissão Mista do orçamento, deputado Wasny de Roure (PT/DF). Com o ProUni, que concede bolsas a universitários de instituições privadas, o governo vai abrir mão de arrecadar R\$ 266 milhões em 2006.

Entrevista: Naomar Almeida

A notícia de que, em reunião com a ANDIFES (18/01), o Presidente Lula anunciou o envio do projeto ao Congresso Nacional, levou-nos a buscar informações com o Reitor da UFBA, Naomar Almeida, que participou da reunião e tem opiniões sobre o tema. O Informe APUB divulga parte da entrevista, para conhecimento e debate. A íntegra pode ser acessada no site da APUB.

Informe APUB - Como o Sr. recebeu o anúncio do envio do projeto de reforma ao Congresso?

Reitor - Veio com enorme atraso. Não há mais tempo para entrar na pauta do Congresso, neste curto e confuso ano eleitoral. Isso é lamentável e se acrescenta ao débito de modernização do país, que os governos federais têm acumulado. Só nos anos 60, o modelo de universidade científico-tecnológica chegou ao Brasil, graças a Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Infelizmente, o regime militar decidiu adotar nacionalmente uma cópia empobrecida do sistema americano de ensino superior, impondo uma "reforma universitária" em nossa estrutura acadêmica, financiada por empréstimos do FMI e do BID. (...) Imposta de cima para baixo, (...) a reforma universitária de 1969 terminou incompleta.

IA - As questões anunciadas como polêmicas pelo Presidente — autonomia, custeio dos hospitais universitários e vinculação orçamentária — preocupam a Reitoria da UFBA?

R - Claro. Mesmo considerando o plano restrito do financiamento, creio que todas as propostas sucessivamente apresentadas pelo MEC tinham dificuldades de viabilização política e, mais preocupante, careciam de justificativas consistentes no que concerne ao princípio elementar de "quem aproveita, deve pagar". Dessa forma, como possíveis fontes de financiamento do sistema, não destacam



os setores econômicos que, no Brasil, lucram com a instituição universitária pública. O primeiro é obviamente o ensino superior privado, principal empregador da força de trabalho docente, em sua maioria formada em cursos de pós-graduação concluídos em instituições públicas, muitas vezes com bolsa de estudos de origem pública. Este setor recruta praticamente todos os professores precocemente aposentados das universidades públicas, atraídos pela possibilidade de aumentar rendimentos. A maioria das instituições particulares brasileiras não investe um centavo na formação do seu pessoal qualificado. Dessa maneira, recebe um enorme, porém oculto, subsídio de recursos públicos.

IA - Qual seria a solução para esses problemas? Como deveria ser essa reforma, em linhas gerais?

R - Ninguém tem a verdade nesse caso. Temos que construir nosso modelo de reforma. Tenho defendido que financiamento e autonomia, eixos do projeto do governo, não são genuinamente questões da reforma universitária. Tais temas assumiram posição central no debate apenas porque alguns dos proponentes de mudanças na universidade brasileira, incluindo Lula, não têm uma idéia suficientemente clara do que seja justamente... reforma universitária. Reforma

universitária significa reestruturação geral e completa dessa instituição que as sociedades ocidentais modernas decidiram chamar de universidade, a fim de dotá-la de plena sustentabilidade pedagógica e operacional, capacitando-a a cumprir sua missão civilizatória, intelectual, cultural e social. Este sentido do termo "reforma" implica necessariamente rever e atualizar, pelo menos, alguns pontos centrais como "arquitetura" acadêmica, estrutura organizacional, modelo de política institucional (que alguns chamam de governança) e evidentemente modelo de gestão. Aí o debate vai, de fato, começar.

IA - O governo anunciou a criação de 10 novas universidades federais, mas os reitores estão preocupados com o orçamento das IFES, que não deve ser alterado — ao contrário, deve haver redução de quase 5% no orçamento de 2006, em relação ao ano passado. Como a questão será enfrentada na UFBA?

R - Este aspecto da política do governo federal tem a minha adesão crítica. Temos que expandir o setor público de ensino superior, com todos os recursos disponíveis e esticando todos os limites possíveis. As instituições públicas de ensino superior precisam sair de uma posição conservadora de manutenção de pequenas conquistas e avanços, defensivamente cautelosa e medrosa. Enquanto isso, continua a expansão agressiva do setor privado. Frente à nossa responsabilidade histórica, ou melhor, falta de responsabilidade, ou mesmo omissão, isto só tem deixado espaço para a massificação e mercantilização do ensino superior. A universidade pública tem que otimizar recursos, racionalizar custos, aumentar eficiência, redesenhar programas, sermos enfim hipercriativos, para crescer. Crescer como base de formação e crescer como plataforma de produção de conhecimento, inovação e criação. Uma vez desencadeados os processos de

desenvolvimento, temos que organizar mecanismos de pressão política, social, comunitária, parlamentar, tudo a que tivermos acesso, para consolidar e qualificar o crescimento.

De vários modos, a UFBA tem enfrentado bem este desafio, apesar das resistências de alguns poucos setores e núcleos de reação. Nosso orçamento para 2006, por exemplo, não tem previsto reduções e sim sensível crescimento. Conseguimos, inclusive, antecipações de investimento em novos campi e expansões, além da maior emenda orçamentária de bancada para 2006 no plano federal: R\$ 13 milhões, 20% a mais do que a segunda universidade na lista já aprovada pelo relator da comissão de orçamento. Espero que a bancada baiana continue unida para evitar reduções imprevistas ou traições orçamentárias.

IA - A ANDIFES fala que são necessários oito mil novos docentes para recuperar o quadro das IFES e o governo anuncia a contratação de metade desse número, incluindo as novas universidades. Como a UFBA será afetada?

R - A ANDIFES é uma entidade de representação nacional, que incorpora e defende interesses de todo o sistema de IFES, incluindo aquelas de regiões que já atingiram razoável grau de cobertura de ensino superior. Minas Gerais, por exemplo, tem 16 IFES e mais de 11.000 docentes. Tem mesmo que priorizar a recomposição de quadros. Não é o caso da Bahia, que tem uma dívida histórica com sua população por causa de um enorme déficit de cobertura de ensino universitário. Nosso maior problema não é a recuperação de quadros, mas a ampliação do efetivo necessário ao crescimento de atividades, ampliação de vagas e inclusão de grupos social e geograficamente excluídos da universidade.

Greve nas IFES acaba sem acordo

A greve dos professores das IFES terminou (19/12), depois de 112 dias, sem que a ANDES conseguisse fechar um acordo com o MEC. Na avaliação do Comando Nacional de Greve, as principais conquistas do movimento foram a "própria luta" e a denúncia pública do descaso do governo para com a situação salarial dos docentes.

Dos pontos da pauta de reivindicações, foi atendida apenas a criação da classe de Professor Associado, entre a de Adjunto e a de Titular.

Em alguns momentos, a greve teve a adesão de 39 Seções Sindicais. AAPUB não aderiu a greve, mas realizou atividades de mobilização e contribuiu financeiramente com o movimento.

A proposta do governo, que se aproximou bastante da apresentada pelo Fórum de Professores das IFES (Proifes), foi transformada no Projeto de Lei nº 6.368/05 (PL), encaminhado



Foto: Arquivo ANDES

Paralisação durou 112 dias, atingindo, no pico, 39 IFES.

ao Congresso sem pedido de urgência nem acordo de lideranças, apesar do anúncio em contrário do MEC. O PL foi incluído na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, mas como penúltimo item. No dia 11/01, foi remetido para correção de redação do art. 3º.

Se aprovado na versão original, o PL nº 6368/05 cria a classe de Professor Associado (a partir de

maio), aumenta em 50% os incentivos de titulação (a partir de 1º/01), reajusta em 5% os salários dos Titulares (a partir de 1º/05), aumenta os valores da GED para docentes com graduação, aperfeiçoamento, especialização e mestrado (a partir de 1º/07) e aumenta o número de pontos da GED, para os aposentados, de 91 para 115 (a partir de 1º/07).

Carreira deve nortear luta este ano

A AG propõe ao Movimento Docente que a Campanha Salarial 2006 enfatize a reestruturação da Carreira. Para a AG, o sindicato deve pressionar o Ministério da Educação pela rápida emissão das diretrizes para avaliação da progressão para Professor Associado, já que o PL 6368/05 prevê desembolso financeiro a partir de maio deste ano.

A AG reivindica, ainda, que ANDES e ADs participem ativamente do Grupo de Trabalho criado pelo governo, para discutir o subsídio aos Planos de Saúde dos servidores das Universidades, do qual FASUBRA e SINASEFE já participam. Os

servidores federais da Universidade são os únicos que não recebem o subsídio. Os docentes presentes à AG criticaram a falta de empenho da ANDES nesta questão.

Outra decisão dos docentes baianos foi a intensificação, em nível nacional, da campanha pela integralização da GED para aposentados, através de ações judiciais. Recentemente, a APUB ajuizou ação, reivindicando a extensão de 100% da gratificação a seus filiados. A idéia é acompanhar a tramitação de ações semelhantes e, havendo vitória na primeira instância, generalizar as ações judiciais.

1º e 2º graus terão reajuste de 12%

Os docentes de 1º e 2º graus das IFES terão reajuste linear de 12% sobre o vencimento básico a partir de janeiro. O aumento salarial e a criação da classe de Professor Especial, em substituição à classe de Titular, são os principais pontos do acordo firmado entre o MEC e o SINASEFE, que representa docentes e professores das Escolas Técnicas Federais e alguns CEFETs. A ANDES não participou das negociações, que atingem todos os professores de 1º e 2º graus das IFES.

As promessas do governo ainda não foram transformadas em projeto de lei, apesar de o Termo de Acordo, assinado em 01/12, prever que o reajuste salarial vigoraria a partir de janeiro de 2006. A justificativa é que ainda não terminaram os estudos de impacto orçamentário. A íntegra do acordo pode ser acessada no site www.sinasefe.org.br.

Baianos querem alterar o PL nº 6368/05

O Setor das Federais da Andes (14 e 15/01) decidiu não intervir na tramitação do PL 6388/05, mas somente acompanhar sua tramitação e denunciar o processo de negociação através de nota pública paga. Em direção contrária, a Assembléia Geral da APUB (AG) decidiu (10/01) intensificar a mobilização pela alteração parcial do PL nº 6368/05, para garantir que seja votado pelo Congresso, ainda em janeiro.

A AG concluiu que a articulação com os parlamentares é a principal arma da categoria e propôs à ANDES um trabalho intensivo junto a deputados e senadores para conseguir mudar a redação do art. 3º, e, com isso, evitar eventual repercussão financeira negativa para categoria. Pela legislação atual, o incentivo de titulação integra o vencimento-base, mas a redação do PL dá margem à interpretação de que deixaria de integrar. Essa seria a alteração mais fácil, porque não envolve aumento de despesas para o Executivo — o que é proibido pela Constituição Federal. Segundo notícias recentes, o próprio Governo teria retirado o texto do Congresso para corrigir a falha de redação.

A segunda proposta é alterar o cronograma de vigência dos aumentos salariais propostos pelo PL, para garantir que o acréscimo da GED para aposentados se desse a partir de janeiro e não de julho, como propôs o governo. Como envolve aumento de despesas, os deputados estão impedidos de apresentar emendas neste sentido, mas podem negociar com o governo para que a mudança seja feita.

Articulação

Como atividades de articulação com parlamentares, a AG sugeriu que ANDES e Seções Sindicais promovam o envio em massa de e-mails e correspondências a deputados e senadores, reuniões com lideranças partidárias em Brasília e nos Estados e abordagem aos parlamentares nos aeroportos e gabinetes. Com a decisão do Setor das Federais, de não intervir na tramitação do PL, esses encaminhamentos ficam prejudicados em nível nacional. Mas, na Bahia, a Diretoria da APUB já encaminhou carta aos deputados federais baianos, com as deliberações da AG, e iniciou contato pessoal com a bancada baiana.

CAMAROTE UNIVERSITÁRIO

Venha pular sem aperto, na paz !

Passaportes à venda a partir de 06/02:
Professores da UFBA e do CEFET pagam R\$ 12/dia na compra antecipada*.

* limite de 4 ingressos/dia

Assembléia modifica co-participação

Depois de meses de discussão, a Assembléia Geral da APUB avança, aos poucos, no processo de alteração do Regulamento do APUB Saúde. As primeiras medidas aprovadas mudam as regras de co-participação.

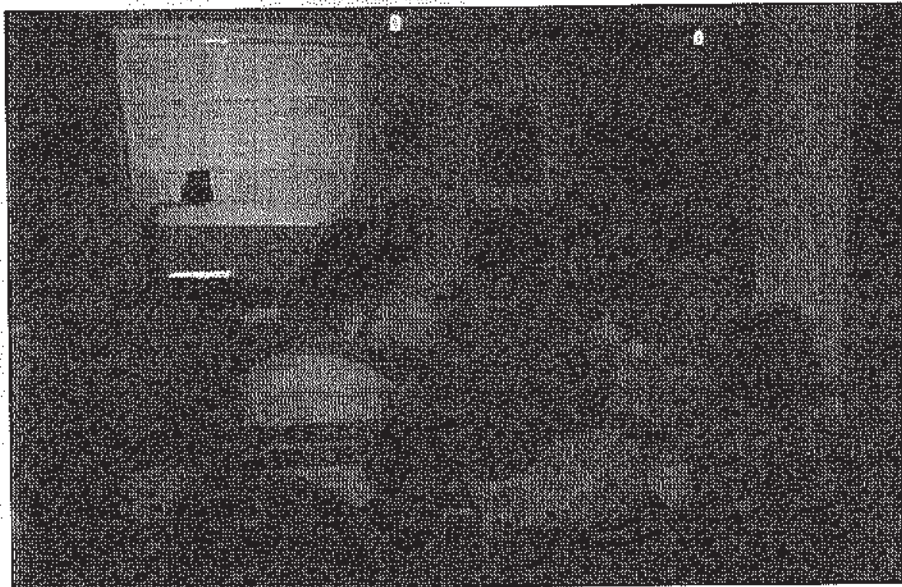
O sistema de co-participação tem, sobretudo, caráter educativo: os usuários tendem a negociar com os médicos a solicitação de exames desnecessários e a utilizar os serviços de forma mais racional. Os novos limites foram definidos a partir dos estudos sobre a atual utilização do Plano, elaborados e apresentados pelo Diretor Administrativo da APUB, professor Paulo Henrique Almeida.

Ampla divulgação

A proposta de alteração do Regulamento do Plano foi encaminhada por e-mail aos docentes, distribuída durante as AGs recentes e disponibilizada no site da APUB.

As medidas seguem orientações da Agência Nacional de Saúde e estão sendo tomadas como alternativa para reduzir custos e manter o orçamento do Plano equilibrado.

A maioria das mudanças têm sido aprovadas por unanimidade ou com poucas abstenções e raríssimos votos contrários.



As decisões da Assembléia são precedidas de análise de dados do Plano.

Veja o que muda na co-participação

As novas regras entram em vigor tão logo o sistema de informática esteja reprogramado para este fim.

Consultas: Seis consultas por ano estão isentas de co-participação. Da sétima à 12ª, o usuário assume 10% dos custos por consulta; da 13ª à 24ª, 40%; a partir da 25ª, 70%.

Exames de apoio diagnóstico-terápico: A partir do 25º exame anual, inclusive de laboratório, o beneficiário arca com 40% dos custos por exame (a contagem será por ordem cronológica e, na mesma fatura, a co-participação incidirá sobre os exames mais baratos). No caso comprovado de portadores de doenças crônicas, os limites serão ampliados, após análise pelo corpo médico do Plano.

Fonoaudiologia: A partir da 13ª sessão anual, o usuário paga 40% dos custos por sessão.

Psicoterapia: A partir da 13ª sessão anual, o usuário assume 40% dos custos por sessão.

Fisioterapia: A partir da 20ª sessão anual, para cada patologia (exceto acidentes pessoais e cirurgias traumatológicas), o usuário assume 40% dos custos, por sessão.

Escleroterapia (não-estética): A partir da 13ª sessão anual, o beneficiário assume 40% dos custos por sessão.

Procedimentos especiais: O usuário terá participação de 40%, a partir da terceira utilização anual, dos seguintes procedimentos: tomografia computadorizada, ressonância magnética, mapeamento com tálio ou gálio, cintilografia e litotripsia extracorpórea. No caso de densitometria óssea, o limite de isenção é um procedimento a cada dois anos.

Contagem: Para efeito de incidência da co-participação, o ano será considerado de 1º/01 a 31/12, independentemente da data de adesão ao Plano. No ano de ingresso, a contagem será proporcional ao tempo de associação.

A Diretoria da APUB está formalizado convênio com o HUPES, para implantação de um posto de coleta de exames laboratoriais na sede do sindicato. Os exames coletados no posto não serão contados para efeito de co-participação.

Desconto: Os valores relativos à co-participação do associado serão descontados com a mensalidade do Plano. O usuário receberá um extrato de utilização em casa e, se julgar indevida alguma cobrança, deverá reclamar ao setor de faturamento.

Despesas de acompanhante: O usuário arcará integralmente com as despesas resultantes de procedimentos não previstos no Regulamento e estranhas ao tratamento médico, inclusive as efetuadas por visitantes ou acompanhantes (Ex. frigobar, telefone etc).

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE

08/02 (QUARTA-FEIRA) — 14H30 — SEDE DA APUB

PAUTA: ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO APUB SAÚDE

Jurídico

APUB pede indenização por falta de reajuste

Exatos 1.563 professores da UFBA e do CEFET entregaram a documentação para integrar a ação judicial que reivindica indenização pela não-concessão de reajuste salarial em 1999, 2000 e 2001, pelo governo federal, em descumprimento à Constituição Federal. A ação foi proposta pela APUB na virada do ano (29/12), em favor de seus filiados. A decisão foi tomada pela Diretoria, atendendo a sugestão de vários docentes e diante da iminência do fim do prazo

para ajuizamento da ação.

A ação foi proposta através do escritório de advocacia Nogueira Reis, Dultra e Ladeira, que já impetrou ações vitoriosas na primeira instância para outros sindicatos, a exemplo do SINDJUFE - Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal. As sentenças, pendentes de recursos, concedem reajuste entre 15 e 20%.

Além dos docentes, 29 pensionistas aderiram à ação.

Universidade contesta ação da GED

A UFBA já apresentou defesa à Ação Cautelar proposta pela APUB, para estender a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) plena aos aposentados e o sindicato vai se manifestar

sobre a resposta nos próximos dias. Depois disso, os autos estarão prontos para a decisão. O recurso interposto contra o indeferimento da liminar ainda não foi julgado.

Mais 100 docentes podem ter FGTS liberado

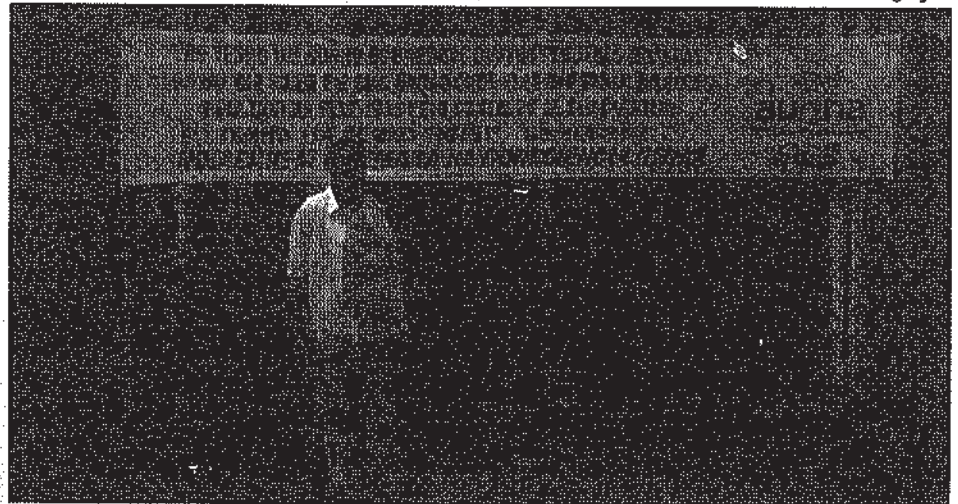
A APUB encaminhou carta a cerca de 100 professores, que podem estar com o saldo do FGTS liberado, por conta da ação promovida pelo sindicato. A liberação ainda não foi informada no processo, mas os documentos apresentados pela Caixa Econômica Federal (CEF) indicam que a parte incontroversa do montante devido já foi creditada. Ano passado, 54 docentes fizeram os saques após aviso similar da APUB.

Os docentes que receberem as cartas devem comparecer a uma agência da CEF com o número do PIS. Se os valores estiverem creditados e liberados, o professor deve receber o dinheiro e passar na sede do sindicato, para obter as instruções adequadas. Se o dinheiro estiver creditado, mas não liberado, os advogados devem ser contatados através da APUB (3235-7433 / 3235-7286) ou do escritório Alino e Roberto Advogados (4009-1333).

CEFET

Aurina Santana vence eleição

Foto: Divulgação



A professora Aurina Santana é a Diretora Geral eleita do CEFET. Ela venceu a consulta prévia à comunidade, realizada em dezembro.

Aurina Santana obteve 66,59% dos votos, contra 15,56% do atual Diretor, Rui Santana, e 15,37% de Eduardo Barboza. Houve, ainda, 0,62% de votos brancos e 1,86%

de votos nulos.

No total, foram 3.071 votos nas seis unidades da Instituição (Salvador, Barreiras, Eunapólis, Simões Filho, Valença, Vitória de Conquista).

A professora já foi nomeada pelo Governo e toma posse em 6/02, às 18 horas, na sede do CEFET, no Barbalho.

ASSEMBLÉIA GERAL

15/02 (QUARTA-FEIRA)

15H — SEDE DA APUB

PAUTA:

1. INFORMES

2. ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

3. CONGRESSO DA ANDES

Definidas metas para 2006

A Diretoria da APUB realizou, em dezembro, seminário interno de avaliação do primeiro ano de gestão, considerado muito positivo pelos diretores. Como principal meta para 2006, foi indicada a intensificação da discussão sobre quatro temas: Plano de Saúde, Regimento da APUB, ANDES e Assessoria Jurídica. A avaliação da Diretoria foi que essas questões precisam ser dirigidas de forma mais sistemática, garantindo o avanço do programa da atual gestão.

Dentre os pontos que merecem destaque na atuação à frente do sindicato, em 2005, na visão da Diretoria, estão a intensificação da democracia no sindicato, com realização do plebiscito sobre a participação na greve; a visibilidade das ações promovidas; a articulação política com outros sindicatos, associações e parlamentares; melhorias na sede e rotinas administrativas; reaproximação dos professores com o sindicato nos eventos culturais realizados; apoio às atividades acadêmicas e à representação estudantil; e realização de debates, seminários e encontros sobre temas relevantes (Reforma do Ensino Superior, transposição do Rio S. Francisco, ações jurídicas, Carreira etc.).

Luta e alegria no Bonfim

A APUB participou, com ASSUFBA e SINTSEF (Sindicato dos Servidores Federais da Bahia), do cortejo da Lavagem do Bonfim (12/01). O grupo, animado por uma banda de música, marcou presença na segunda maior manifestação popular da cidade, levando às ruas as bandeiras da universidade e



Emoção no fim-de-ano



A emoção tomou conta da APUB, durante a festa de confraternização de final de ano (15/12), com a apresentação do repertório natalino do Madrigal da UFBA. Reencontro foi a tônica da noite. Os presentes trocaram experiências e planos para 2006.

serviços públicos de qualidade.

Os representantes dos três sindicatos vestiam camisas idênticas na frente, mas com identidade própria na parte de trás. "Professores, luta e alegria pela Universidade Pública" foi o slogan adotado pela APUB. Cada entidade levou sua própria carroça, enfeitadas com faixas e bandeiras de suas lutas específicas.

Camarote Universitário reedita sucesso

APUB e ASSUFBA reeditam, este ano, o Camarote Universitário, sucesso absoluto no Carnaval 2005. Instalado no Centro de Esportes da UFBA (Ondina), o espaço oferece 60 metros de vista privilegiada para o desfile dos blocos.

Nos intervalos entre os trios, a diversão fica por conta de um DJ. A infraestrutura conta com bar, restaurante, barraca de "rosas", sanitários químicos, segurança e bastante espaço para pular e se divertir sem superlotação. O espaço será ampliado em relação ao ano passado e os ingressos, limitados.

A animação vai de quinta a terça-feira de Carnaval (23 a 28/02), à noite. Professores, estudantes e técnico-administrativos da UFBA e do CEFET podem comprar antecipadamente até quatro ingressos por dia de festa, ao preço de R\$ 12 cada. A comunidade externa paga R\$ 25.

Nos dias de folia, o valor do ingresso é único: R\$ 25/dia. Passaportes à venda a partir de 6/02, nas sedes da APUB e ASSUFBA.

Convênios

Saiba onde a carteirinha da APUB vale desconto e facilidades de pagamento

► CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS (PARTE I)*

CAD - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA DENTÁRIA

Dra. Fúlvio Marchesini
R. Ismael Ribeiro, 101 - Tororó
Tel. 3243-8060

Especialidades: Clínica, Odontopediatria, Endodontia e Radiologia
Condição: Tabela de Convênios e Credenciamentos

CÉLIA REGINA DE ALMEIDA AMORIM

Rua Cassilandro Barbuda, 693 Costa Azul
Tel.: 3342-0990

Especialidades: Clínica Geral, Prótese, Endodontia, Odontopediatria
Condições: Tabela Petrobrás

CÉU DA BOCA CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Dra. Liana Barreto de Melo
Tel. 3247-8025

Av. Garibaldi, 1815/212 B - Ondina - Centro
Médico Empresarial Garibaldi

Especialidades: Clínica Odontológica, Endodontia e Odontopediatria
Condição: Tabela Petrobrás

CERES MENDONÇA FONTES

Av. Antônio Carlos Magalhães, 2671 - Ed. Bahia Center - Sala 304

Tel. 3358-2786
Especialidade: Clínica Geral
Condição: Tabela Petrobrás

CLAUDIA ALBERNAZ ALVES AZOUBEL

Av. Anita Garibaldi, 1133, Sala 706 Centro Médico Itamaraty
Tel.: 3245-7976

Especialidades: Clínica geral, Ortodontia preventiva e interceptora
Condição: Tabela da Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos

CLÁUDIA SANTOS DA COSTA

Av. Dr. João VI, 2082 Centro Empresarial Brotas Master, sala 212 Brotas

Tel.: 3356-6998
Especialidades: Clínica geral, Pediatria,

Exodontia, Cirurgia, Periodontia, Urgência, Radiologia, Dentística.

Condição: Tabela Nacional de Convênios e Credenciamentos.

CLÍNICA SANTA MARIA LTDA.

Dra. Maria Risoceli Barros de Leite Miranda
Av. Antônio Carlos Magalhães, 405 - Centro Médico Pituba, sala 703

Tel. 3358-7903
Especialidades: Clínica Geral, Odontopediatria, Endodontia e Prótese
Condição: Tabela Petrobrás

* A segunda parte será divulgada na próxima edição, mas a lista completa se encontra no site www.apub.org.br.

► RESTAURANTES

SAÚDE BRASIL

Rua Humberto de Campos, nº 06 - Graça
Tel. 3247-7237

Condição: 10% de desconto

SPOLETO

Shopping Iguatemi - 1º Piso, Pça Gal Costa, loja Z 05

Shopping Barra - 1º Piso, Pça de Alimentação, loja 135

Condição: 10% de desconto (no momento do pagamento das despesas, apresentar ao caixa a carteira de associado juntamente com a carteira de identidade).

► SEGURO DE AUTOMÓVEIS

PATRIMÔNIO SENA

Av. Estados Unidos, 397
Ed. Cidade do Salvador, sala 415 - Comércio.
Tel. 3327-2476/3327-2575/8125-9211

Seguradoras: Aliança da Bahia, Bamerindus, Banorte, Bradesco, Sul América, Vera Cruz, Porto Seguro e outras.

Condição: 15% de desconto sobre o prêmio líquido e a qualquer percentual que venha a ser dado promocionalmente.



Boletim informativo da APUB - Associação dos Professores Universitários da Bahia - Seção Sindical da ANDES-SN. **Presidência:** Cláudia Miranda. **Diretoria de Divulgação:** Graça Pinto. **Assessoria de Imprensa:** Ivone Pinto (DRT-BA 1578). **Projeto gráfico:** Valdenberg Trindade (DRTBA1439). **Fotos:** Arquivo APUB - Rua Padre Feijó, 49 Canela - Salvador BA CEP 40110-170. **Telefax:** (71) 3235-7433 / 3235-7286 / 3235-7914. **Na internet:** www.apub.org.br - apub@apub.org.br. **APUB Saúde:** (71) 3331-4387 / 3331-4388. **Tiragem:** 3.000 exemplares.